

Relatório da Reunião Formal de Apresentação da Proposta de Operações Integradas de Gestão da Paisagem para a AIGP de Penhascoso

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniram-se nas instalações da Coopenha – Cooperativa Agrícola da Freguesia do Penhascoso, 60 participantes, conforme lista de presenças anexa. ----- Foi realizada a prévia Credenciação dos proprietários e titulares de outros direitos reais (ou quem os represente) e, ainda produtores Florestais identificados na área territorial abrangida pelas operações tendo sido realizada a aferição e a credenciação da sua legitimidade para participar na reunião. -----

Foram considerados credenciados 47 detentores ou representantes de prédios na área da AIGP de Castelo, conforme lista de – Proprietário/Titular Credenciado que se anexa ao presente relatório.-----

A mesa foi constituída pelo representante do Município de Mação, o Presidente Vasco António Mendonça Sequeira Estrela, o Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, José Fernando Martins e o Presidente da AFLOMAÇÃO – Associação Florestal do Concelho de Mação, António José Martins Louro, em representação da AZR – Gestão Territorial S.A.-----

A reunião foi presidida pelo representante da AZR – Gestão Territorial S.A., com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Apresentação das linhas principais e fundamentais da proposta de OIGP de Penhascoso;
2. Informação sobre o resultado do período de consulta pública; -----
3. Período de perguntas e respostas; -----
4. Votação da proposta de OIGP. -----

A sessão foi iniciada pelo anfitrião, Presidente da Cooperativa Coopenha, que deu as boas-vindas a todos e manifestou a satisfação da cooperativa em poder colaborar e ser útil, deixando votos de uma boa sessão de trabalho.-----

O Presidente da União de Freguesias, José Fernando Martins, agradeceu a todos os presentes por participarem neste importante momento e frisou a importância da implementação desta proposta, considerando esta como uma oportunidade única para voltar a tirar rendimento das suas propriedades, salientando existirem caminhos disponíveis para quem quiser continuar a gerir individualmente bem como soluções para que quiser aderir à gestão conjunta, associando-se à Entidade Gestora.-----

Seguidamente tomou a palavra Vasco Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Mação, que iniciou a sua intervenção dando as boas-vindas e agradecendo igualmente a presença de todos tendo salientado seguidamente a importância da presente proposta para o futuro do concelho

de Mação e deste território em particular. Alertou ser este o momento para todos se pronunciarem sobre o que pretendem para o futuro, aqueles que querem que nada mude, devem votar contra, mas se entenderem que vale a pena tentar fazer alguma coisa diferente do que foram as tentativas do passado, este é o momento de votar favoravelmente, pois se continuarmos a fazer tudo igual ao que se fez no passado, os resultados serão tragicamente os mesmos.-----

Vincou que os proprietários devem estar tranquilos, pois ninguém quer tirar nada a ninguém, frisou também que a escolha compete aos proprietários, e que são eles que decidem livremente o futuro deste projeto, devendo assumir essa escolha com responsabilidade. -----

Conforme o **Ponto 1 - Apresentação das linhas principais e fundamentais da proposta de OIGP de Penhascoso**, da ordem de trabalhos, António Louro, representante da AZR, tomou a palavra,

recordando que a presente Reunião Formal se efetua na sequência da Consulta Pública realizada. Durante este período, esta Proposta esteve disponível para consulta nos sites da Direção-Geral do Território e da Câmara Municipal de Mação, em formato digital e em formato papel, na sede da Aflomação e na Câmara Municipal de Mação. Informou que o conteúdo documental, nomeadamente a estrutura do Projeto e o conteúdo cartográfico foi estabelecido superiormente pelas entidades reguladoras e uniforme para todas as AIGP do País. -----

Realizou seguidamente a apresentação detalhada da proposta, procedendo ao enquadramento do Projeto da AIGP - Área Integrada de Gestão da Paisagem do Penhascoso. Salientou que este projeto foi elaborado na sequência da integração do Projeto Piloto criado pelo Governo para os Municípios de Mação, Vila de Rei e Sertão após os catastróficos incêndios de 2017 e 2019, na Medida Nacional das AIGP, e que com o apoio do PRR- Programa de Recuperação e Resiliência, prevê-se a implementação de 70 AIGP nos territórios mais atingidos pelos grandes incêndios.---

Apresentou seguidamente os detalhes mais significativos da proposta de OIGP-Operações Integradas de Gestão da Paisagem, documento que contém as propostas concretas para a gestão deste território no futuro e os apoios financeiros disponíveis. -----

Apresentou a caracterização da atual situação de abandono do território, salientando que o projeto tem uma área de implantação de 2075,54 hectares, englobando 2738 prédios rústicos, sendo que mais de 66,07% têm uma área inferior a meio hectare. -----

Informou que mais de 75% dos prédios pertencem a proprietários não residentes no concelho de Mação, sendo por isso necessário encontrar formas de, respeitando a propriedade privada, promover a gestão conjunta, razão pela qual a Aflomação, sendo uma entidade sem fins lucrativos, sentiu necessidade de promover a constituição de uma empresa, a AZR- Gestão Territorial, S.A., de modo a poder fazer chegar aos proprietários as mais-valias que sejam criadas. -----

Foi apresentada a Planta de Ocupação de Solo Atual (POSA), que caracteriza a situação presente, bem como a Planta de Ocupação de Solo Proposta (POSP) que caracteriza a Paisagem que se pretende implementar. Esta planta apresenta a localização das diferentes culturas florestais e agrícolas proposta para o território da AIGP. -----

Frisou estarem previstas várias formas de os proprietários participarem e apresentou seguidamente informações sobre as Declarações de participação dos proprietários informando que em dezembro, o número de declarações obtidas, era já referente a mais 762 propriedades e representava uma área total de 588,70 hectares. -----

Nas Declarações apresentadas, os proprietários manifestaram como tencionam proceder à Gestão; se individualmente através de gestão Própria ou através da Entidade Gestora aderindo à gestão conjunta, podendo ainda para alguns prédios escolher a gestão mista; nestes casos,

pretendem manter a gestão individual numa parte da propriedade e pretendem aderir à gestão conjunta para restante área da propriedade. -----

- Gestão Própria – 180 Propriedades (230,17 ha) 39,10% da área dos aderentes da AIGP-----

- Gestão Conjunta – 537 Propriedades (300,55 ha) 51,05% da área dos aderentes da AIGP-----

- Gestão Mista – 43 Propriedades (57,98 ha) 9,78% da área da dos aderentes AIGP-----

--Frisou insistentemente, que todos os que pretenderem continuar a gerir individualmente as suas propriedades são naturalmente livres de o fazer, estando ao seu dispor os apoios para a realização de intervenções de limpeza, plantação ou ordenamento previstas na fase inicial, através dos apoios do PRR que suportam 100% dos custos das operações, tendo por base as tabelas oficiais do IFAP para as culturas agrícolas e da CAO F – Comissão para Acompanhamento das Operações Florestais para a componente florestal.-----

--Encontram-se também previstos e quantificados apoios de carácter ambiental a receber ao longo dos próximos 20 anos de modo a apoiar a necessária manutenção dos investimentos até que se tornem sustentáveis por si. -----

--Informou que o montante orçamentado para a execução desta proposta de OIGP do Penhascoso é de 4 942 629,00 € (quatro milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte Euros) para o investimento agrícola e florestal previsto para a fase inicial e com origem no PRR, a que se juntará o montante de 3 560 146,40 € (três milhões, quinhentos e sessenta mil, cento e quarenta e seis euros e quarenta cêntimos) com origem nacional, do Fundo Ambiental, que será pago aos proprietários e Entidade Gestora ao longo dos próximos 20 anos em tranches anuais de 178 007,32 € (cento e setenta e oito mil, sete euros e trinta e dois cêntimos).-----

-Salientou de forma vinculada, que tendo acompanhado os diferentes quadros de apoios aos setores agrícolas e florestais, desde a integração de Portugal na CE, nunca ter assistido a um pacote de apoios tão extraordinário ser colocado à disposição dos proprietários, que mantendo abertas soluções para a gestão individual, promove de forma robusta a gestão conjunta, mas sempre respeitando a Propriedade Privada. -----

--Manifestou, no entanto, forte preocupação por os tempos disponíveis para execução física das intervenções e a receção dos apoios do Programa de Recuperação e Resiliência serem demasiado curtos, pelo que importa aproveitar muito bem o pouco tempo disponível para realizar todos os trabalhos. -----

--Informou que após esta Reunião, será lavrado um Relatório, dando nota das propostas recebidas durante o período de Consulta Pública e da eventual Aprovação da Proposta, que acompanhara a proposta de OIGP do Penhascoso que seguirá para a Conferência Procedimental.

--Nesta fase, a proposta será analisada por 9 entidades públicas, nomeadamente DGT - Direção Geral do Território, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, CMM - Câmara Municipal de Mação, APA – Agência Portuguesa do Ambiente, DGADR - Direção Geral Agricultura e Desenvolvimento Rural, DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e por fim o FA – Fundo Ambiental. -----

--Após a realização da Conferência Procedimental, a aprovação da Proposta de OIGP será objeto de publicação de uma portaria assinada pelos membros do governo responsáveis pelas áreas: Proteção Civil; Autarquias locais; Florestas; Ordenamento do Território; Agricultura; Desenvolvimento Rural.-----

--A OIGP é considerada um documento equivalente a um Plano de Gestão Florestal, para efeitos de candidaturas e apoios públicos. -----

A Portaria a publicar aprova a OIGP - Operação Integrada de Gestão da Paisagem e reconhece o

interesse público da operação. -----
--Frisou ser este um momento Histórico, que acarreta para todos uma enorme responsabilidade, pois finalmente, após este território ter sido tão fortemente atingidos por grandes incêndios, advindos da sua maioria de fora do concelho, o Governo apresentou uma proposta de intervenção extremamente robusta com um programa de financiamento adequado, sendo agora a sua concretização uma obrigação dos proprietários e demais agentes do território. ----
Acrescentou, que ninguém no futuro compreendera se não forem bem usados os recursos colocados à disposição através desta oportunidade extraordinária. Este é o momento de começar finalmente a reconstruir paisagens mais sustentáveis em termos ambientais, que voltem a ser fonte de riqueza para os proprietários e para o País. Terminou agradecendo a colaboração de todos os envolvidos no desenrolar do projeto. -----

No **Ponto 2 - Informação sobre o resultado do período de consulta pública**, da ordem de trabalhos, foram apresentados 6 documentos contendo sugestões/questões, entregues durante o período de Consulta Pública através dos meios digitais da AZR - Gestão territorial, S.A. e do Gabinete Técnico-Florestal do Município de Mação, tendo sido elencadas e descritas as 5 participações: -----

- 1 - José Marques Caldeira - Questões sobre os apoios disponíveis – Inicial/manutenção
- 2 - Filipe Fernandes – informação sobre lapso no registo do tipo de gestão associado ao prédio rustico P-12 da antiga freguesia de Penhascoso-----
- 3 - BIOND, Forest Fibers From Portugal - Solicitação das shapes em formato vetorial----
- 4 - Navigator Forest Portugal, SA, - Exposição-----
- 5 - Octávio Ferreira – Sugestões-----

--As sugestões, questões e propostas recebidas foram apresentadas à Assembleia, bem como as respetivas respostas da Entidade Gestora para o seu devido esclarecimento, dadas pelo representante da AZR. Os documentos acima identificados ficam anexos ao presente Relatório.

--No que se refere ao **Ponto 3** da ordem de trabalhos - **Período de perguntas e respostas**, vários proprietários solicitaram esclarecimentos, nomeadamente: -----

- Sr. Rui Sousa, manifestou discordância pelo facto da sua propriedade ter sido inserida dentro da AIGP sem a sua prévia concordância e manifestou também repúdio pelo recurso possível à figura do Arrendamento Forçado, que considerou ser um atentado à propriedade privada. ----
Foi respondido que a mesma situação verificou-se com muitos milhares de proprietários, e que a condição de proprietário representa um conjunto de direitos, mas também traz associada algumas obrigações, como evitar que a sua propriedade contribua negativamente para a segurança dos restantes. Tendo sido salientado que o Estado se prepara para aumentar a exigência, mas disponibiliza apoios perfeitamente extraordinários para apoiar os proprietários quer na fase inicial, quer para a realização da manutenção ao longo dos 20 primeiros anos. ----
Num Quadro tão extraordinário, como o que vivemos, em que após terem acontecido tantas vítimas mortais, se implementou uma profunda reforma agora em curso, que disponibiliza avultados apoios, haver um proprietário dizer “não quer saber” ou “que o assunto não lhe interessa” não seria aceitável, pelo que foi prevista a situação do arrendamento forçado. Salientando que essa situação terá previsivelmente pouca utilização, sendo sobretudo uma manifestação pública de que existem soluções jurídicas para resolver qualquer impasse que surja. -----

- Sr. Carlos Marques Lopes, tendo já lavrado o seu terreno, questionou o que poderia plantar, foi informado que o seu terreno não pertencia à AIGP de Penhascoso, mas sim à AIGP de Mação, cuja proposta de OIGP ainda se encontra em elaboração. --- Foi respondido que relativamente à grande urgência manifestada na plantação, o proprietário deveria, no cumprimento da legislação existente, ter previamente apresentado um RJJAR junto do ICNF e aguardado a resposta das entidades competentes. -----

- André Salvador, questionou sobre a preservação das infraestruturas existentes em caso de adesão à gestão conjunta e se os proprietários tinham poder de decisão sobre as culturas a implementar nas suas propriedades, em caso de adesão à gestão conjunta. Perguntou ainda sobre os processos de controlo de qualidade previstos na implementação do projeto. --- Foi respondido que a Entidade Gestora estaria interessada em ouvir a opinião dos proprietários, pois são quem melhor conhece as propriedades, mas não se poderia comprometer sobre as culturas a instalar uma vez que esta intervenção estava por sua vez também dependente da validação pelas 9 Entidades oficiais que participam na Conferência Procedimental. A Entidade Gestora considera fundamentais os processos de certificação, estando naturalmente prevista a situação. -----

- Foi ainda realizada uma intervenção solicitando informação sobre a forma de agir quando um proprietário tiver interesse em gerir uma propriedade que foi entregue para a gestão conjunta. --- Foi respondido que seria uma situação a analisar individualmente, mas deveria contactar a Entidade Gestora, manifestando essa intenção, e que eventualmente em certas situações até poderia vir a ser-lhe arrendada a propriedade pagando uma renda que seria um benefício para a Entidade gestora e para o Proprietário, salientando essa possibilidade estar prevista no contrato de arrendamento.

Ponto 4 - Votação da proposta de OIGP, António Louro informou ter sido realizada previamente a credenciação dos proprietários de terrenos dentro da área da AIGP do Penhascoso. ---- Colocada à votação da Assembleia a Proposta de Operações Integradas de Gestão da Paisagem para a AIGP de Penhascoso. Obteve a seguinte votação: Votos contra - **03**; Abstenções - **01**; Votos a favor - **43**, -----

O Presidente da Direção da Aflomação e Representante da Entidade Gestora, AZR - Gestão Territorial informou a Assembleia que considerava **Aprovada a Proposta de OIGP, para a AIGP de Penhascoso.** -----

--António Louro agradeceu uma vez mais o contributo e a presença de todos, tendo efetuado um reconhecimento e agradecimento especial ao Município de Mação, nas pessoas do atual e anterior Presidente, por serem parceiros constantes na prossecução de soluções para melhoria da gestão dos territórios de minifúndio, nomeadamente no apoio à implementação das Zonas de Intervenção Florestal, e agora das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.----- -- Agradeceu à União de Freguesias, na pessoa do atual Presidente, a colaboração que ele e os anteriores Presidentes prestaram ajudando à concretização deste momento. E por fim agradeceu a todos os funcionários da AFLOMAÇÃO, pela sua dedicação e empenho, sem a qual não seria possível estarmos aqui.-----

Referiu também que ser este um momento único na transformação do território, sendo o culminar de uma longa caminhada que deu os primeiros passos após os incêndios de 2003, que levaram à constituição da ZIF do Penhascoso sem nunca desistir, procurando implementar formas de gestão conjunta em territórios de minifúndio, tendo sido os proprietários e responsáveis do Penhascoso, sempre parceiros de primeira linha neste movimento. -----

--Manifestou ainda um especial agradecimento, ao Sr. Nuno Silva, Dirigente da Aflomação e parceiro desde a primeira hora na implementação da ZIF-Penhascoso, reconhecendo que só com

o apoio de tantas pessoas foi possível manter a esperança e nunca desistir, desde que há muitos anos foram dados os primeiros passos das ZIF. -----

Não havendo mais questões, o Presidente da Direção da Aflomação, em representação da AZR-Gestão Territorial, S.A. deu por terminada a reunião às vinte e uma horas e trinta e sete minutos.

Penhascoso, 21 de fevereiro de dois mil e vinte e quatro

Assinado por: **ANTÓNIO JOSÉ MARTINS LOURO**
Num. de Identificação: 08160807
Data: 2024.02.23 10:55:57+00'00'



(O Presidente da AZR – Gestão Territorial S.A, António José Martins Louro)

Assinado por: **VASCO ANTÓNIO MENDONÇA SEQUEIRA ESTRELA**
Num. de Identificação: 09500342
Data: 2024.02.23 10:23:29+00'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Mação**



do Município de Mação, Vasco António Mendonça Sequeira Estrela)

Assinado por: **JOSÉ FERNANDO MENDES MARTINS**
Num. de Identificação: 07861201
Data: 2024.02.23 12:36:46+00'00'

(O Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, José Fernando Martins)





**Relatório da Reunião Formal de Apresentação da Proposta de
Operações Integradas de Gestão da Paisagem para a
AIGP de Penhascoso**

Documentos Anexos

- 1 - José Marques Caldeira - Questões sobre os apoios disponíveis – Inicial/manutenção -----
- 2 - Filipe Fernandes – informação sobre lapso no registo do tipo de gestão associado ao prédio rustico P-12 da antiga freguesia de Penhascoso-----
- 3 - BIOND, Forest Fibers From Portugal - Solicitação das shapes em formato vetorial-----
- 4 - Navigator Forest Portugal, SA, - Exposição-----
- 5 - Octávio Ferreira – Sugestões-----
- 6 - Lista de Presenças na Reunião -----
- 7 - Lista - Proprietário/Titular Credenciado -----
- 8 – Título justificativo de Proprietário/Titular Credenciado -----

Pergunta de Sr José Marques Caldeira NIF 125566077

- O limite ^{mínimo} de meio hectare para receber o apoio anual do Fundo ambiental é por prédio ou por somatório de prédios numa AIGP?

- Se for eu a limpar e a ordenar os terrenos, como faço para receber o apoio inicial? Tenho de ser a fazer os trabalhos de limpeza e depois recebo o que gastei?

José Marques Caldeira

AIGP - Pombalinho
Amândoa
Castelo

Fw.: OIGP Penhascoso alerta

AZR SA <azr.gt.sa@gmail.com>

dom, 31/12/2023 09:33

Para: António Louro <ajmlouro@gmail.com>; António Louro <antonio.louro@afloMACAO.pt>; Pedro Estrela <pedro.estrela@afloMACAO.pt>; Beatriz Carvalho <beatriz.carvalho@afloMACAO.pt>; João Tomás <joao.tomas@afloMACAO.pt>

Enviado do meu telemóvel

----- Mensagem original -----

De: Filipe Fernandes <filipexico7@gmail.com>

Data: domingo, 31 de dezembro de 2023, 09:10

Para: gabinete.florestal@cm-macao.pt

Cc: azr.gt.sa@gmail.com

Assunto: OIGP Penhascoso alerta

Estimados,

Venho por este meio informar que após leitura atenta e análise do documento para consulta pública relativo a OIGP Penhascoso, informo em nome da proprietária Delmira Reis Fernandes nif 133192822 que houve da vossa parte um lapso no tipo de gestão associado ao código do prédio 141309-1P-12, Feiteira pois nos anexos disponíveis 01 Quadros anexo quadro 6 situação cadastral onde se lê execução pela entidade gestora deveria ler-se execução pelo proprietário pois foi essa a indicação dada na declaração entregue.

Estando a OIGP Penhascoso discussão pública até 17 de janeiro mas estando agendada a reunião referente a mesma para dia 18 de janeiro alerto para a correção da situação e deixo a sugestão de criarem mecanismo de facilidade de identificação dos terrenos que estarão envolvidos no projeto e qual o tipo de cultura previsto para o mesmo, pois da forma como está não é fácil a obtenção dessa informação para o proprietário.

Desejo os maiores sucessos para todos e um ótimo 2024

Cumprimentos

Filipe Fernandes

Fw.: Castelo, Amêndoa, Penhascoso OIGP - Pedido de cartografia em formato vetorial

AZR SA <azr.gt.sa@gmail.com>

sex, 05/01/2024 19:35

Para: António Louro <ajmlouro@gmail.com>; António Louro <antonio.louro@afloacao.pt>; Pedro Estrela <pedro.estrela@afloacao.pt>; João Tomás <joao.tomas@afloacao.pt>; Beatriz Carvalho <beatriz.carvalho@afloacao.pt>

Enviado do meu telemóvel

----- Mensagem original -----

De: Sara Pereira <sara.pereira@biond.pt>

Data: sexta-feira, 5 de janeiro de 2024, 16:46

Para: azr.gt.sa@gmail.com

Assunto: Castelo, Amêndoa, Penhascoso OIGP - Pedido de cartografia em formato vetorial

Exmos. Senhores,

A Biond acompanha, enquanto parte interessada, desde o início, o processo de construção das AIGP e agora das propostas de OIGP.

Considerando o período de consulta pública que está a decorrer para as propostas de OIGP em causa e verificando que na documentação colocada no site da DGT esta informação não consta, vínhamos por este meio solicitar a disponibilização das *shapes* em formato vetorial das matrizes de ocupação atual e de transformação da paisagem.

De qualquer forma e em caso de dúvidas poderão entrar em contacto comigo através deste endereço de correio eletrónico ou do 965003662.

Cumprimentos,

Sara Pereira

Floresta & Parceiros | Forest & Stakeholders

Tlm. 965003662

Biond^o Forest fibers
from Portugal

Associação das Bioindústrias de Base Florestal



Discussão Pública do OIGP da AIGP Penhascoso

No âmbito da discussão pública do Plano de Ordenamento Integrado de Gestão da Paisagem de Penhascoso a visão da Navigator Forest Portugal, S.A (NVG), para o território (especificamente florestal), defende que a floresta de produção gerida ativamente de forma equilibrada e diversificada, é multifuncional e preserva os espaços florestais de conservação e proteção.

Referir que subscrevemos o documento elaborado pela Biond no âmbito da discussão pública da AIGP de Penhascoso.

O problema dos fogos não está na espécie

Sobre o aumento de resiliência aos fogos, é claro que estes não são provocados pela floresta de produção ou por uma qualquer espécie. Gostaríamos de referir o artigo publicado na revista Science of the Total Environment por Fernandes, P.M., Guiomar N., Rossa, C.G. em 2019, sob o título “Analysing eucalypt expansion in Portugal as a fire-regime modifier”, em que se destaca:

- A expansão do Eucalipto não fez aumentar a área ardida em Portugal;
- A dimensão de um incêndio é independente das espécies florestais presentes;
- Ocorre um ligeiro decréscimo da severidade dos mega-incêndios em povoamentos de eucalipto;
- O tipo de Floresta é um dos fatores com menor influência no perigo de incêndio;
- A intensidade de um incêndio tem uma relação inversamente proporcional com a gestão praticada no eucalipto em curta rotação.

Obviamente que se reconhece o imenso cuidado e investimento que as entidades envolvidas na preparação da proposta da OIGP tiveram em todo o processo até agora desenvolvido. No documento é identificado o problema do abandono de áreas agrícolas associado a um êxodo rural e ao envelhecimento das populações, comum a tantas outras regiões, que proporciona incêndios com maior severidade. No entanto reforçamos que para além de uma boa estrutura de resiliência a gestão das áreas florestais contribuirá para a diminuição da área ardida da região.

É com igual empenho e compromisso com o sucesso das OIGP que se devem ponderar as propostas de segundas identificadas pela Navigator.

Disponibiliza-se já a NVG, para quaisquer trocas de informação que considerem pertinente.

A redução de área da floresta de produção não é solução

A primeira sugestão que consideramos essencial transmitir prende-se com a ponderação cuidada que deve ser dada a qualquer processo de transformação que incida em povoamentos florestais “sem gestão”. Considera-se que, estando a espécie (qualquer que ela seja) bem localizada em termos de aptidão, e não colidindo com restrições legais que possam eventualmente existir no território (por exemplo: estar localizada em Rede Primária), deve ser equacionada em primeira instância a sua manutenção e o apoio à sua gestão junto dos proprietários.

Por outro lado, em termos de reavaliação da adequação da área de eucalipto no território a opção de reconversão em eucaliptais mais produtivos, recorrendo a material (plantas de qualidade) e utilização de técnicas adequadas não faz parte da equação proposta por este plano.

Abaixo apresentamos um quadro retirado do PROF-LVT, para todas as sub-regiões homogéneas consideradas classificando as principais espécies florestais em cada uma delas, onde destacamos a classificação atribuída ao eucalipto e pinheiro bravo.

Quadro 12. Representatividade das classes de aptidão produtiva para as principais espécies florestais em cada SRH da região do PROF-LVT

Nº	NOME da SRH	AZINHEIRA		EUCALIPTO		P. BRAVO		P. MANSO		SOBREIRO	
		Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Boa
1	Alto Nabão	38%	-	6%	93%	30%	69%	46%	24%	30%	69%
2	Arribas	40%	13%	54%	1%	45%	7%	41%	20%	27%	12%
3	Arribas - Arrábida	51%	2%	33%	3%	45%	3%	24%	41%	16%	27%
4	Bairro	71%	-	36%	7%	24%	6%	62%	17%	3%	17%
5	Charneca	34%	5%	63%	25%	64%	25%	18%	75%	9%	69%
6	Charneca do Tejo	85%	1%	88%	11%	79%	19%	39%	41%	56%	43%
7	Charneca Margem Direita	39%	8%	78%	8%	73%	8%	25%	64%	<1%	64%
8	Dunas Litoral	52%	-	57%	25%	25%	49%	20%	50%	12%	49%
9	Estuário	22%	8%	50%	-	70%	-	13%	58%	28%	30%
10	Estuário do Sado	24%	18%	67%	-	85%	-	24%	61%	19%	42%
11	Estuário do Tejo	1%	<1%	21%	-	17%	-	3%	14%	1%	13%
12	Floresta do Meio	36%	-	76%	24%	100%	<1%	51%	-	94%	<1%
13	Floresta do Oeste Interior	41%	<1%	37%	54%	37%	45%	24%	60%	4%	60%
14	Floresta do Oeste Litoral	65%	<1%	44%	40%	45%	32%	22%	32%	35%	32%
15	Floresta dos Templários	63%	-	75%	20%	71%	21%	9%	36%	50%	38%
16	Gândaras sul	100%	-	5%	87%	<1%	92%	8%	92%	<1%	92%
17	Grande Lisboa	38%	1%	29%	6%	18%	10%	27%	12%	16%	11%
18	Lezíria	2%	1%	74%	<1%	18%	<1%	13%	4%	1%	4%
19	Península de Setúbal	23%	11%	69%	<1%	79%	<1%	14%	67%	15%	53%
20	Região Oeste Sul	78%	1%	18%	22%	28%	6%	52%	9%	22%	9%
21	Região Saloia	77%	<1%	31%	25%	27%	21%	42%	23%	23%	23%
22	Serras de Aire e Candeeiros	23%	-	9%	59%	53%	14%	26%	5%	46%	14%
23	Serra de Montejunto	26%	-	9%	27%	18%	15%	26%	8%	18%	12%
24	Sicó - Alvaiázere Sul	95%	-	56%	8%	26%	36%	40%	38%	23%	39%
25	Sintra	39%	-	86%	6%	75%	12%	68%	12%	28%	12%
TOTAL REGIÃO PROF-LVT (%)		45%	3%	50%	24%	49%	21%	26%	43%	19%	41%

Gostar-se-ia que no desenho da paisagem e nas considerações que são desenvolvidas sobre a aptidão da floresta de produção, nomeadamente de eucalipto, se considerasse o disposto no Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF-LVT). De acordo com as classes de produtividade definidas, o eucalipto tem aptidão em 99% da sub-região Homogénea Charneca do Tejo, distribuindo-se

maioritariamente pelas classes de produtividade “Boa” e “Regular” a que correspondem, respetivamente, 11 e 88 %.

No caso concreto da OIGP de Penhascoso, e segundo o Quadro 2, a redução de florestas de eucalipto em 240,7 ha (31%), e redução de florestas de pinheiro-bravo em 40,46 ha (12%) foi a estratégia seguida e necessária para “promover o equilíbrio entre o “desejável” e a mudança que é efetivamente “possível” viabilizar nas atuais circunstâncias”.

Componente arbórea (F+SAF)	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Pinheiro-bravo	325,20	284,74
Eucaliptos	784,55	543,85
Sobreiro	0,40	55,08
Pinheiro-manso	0,72	153,03
Invasoras	35,68	0,00
Azinhreira	18,11	69,45
Outras folhosas	73,85	128,36
Outras resinosas	0,00	127,57
Outros carvalhos	0,00	77,44

Quadro 2. Ocupação florestal atual e proposta

Mantendo o objetivo que levaram ao desenvolvimento do presente OIGP, poderia ter sido explorado um modelo diferente de ordenamento que permitisse o aumento da resiliência da área da AIGP, mas minimizando a redução das espécies (pinheiro-bravo e eucalipto), prevista no OIGP.

No documento, é reconhecida a importância estratégica da cultura de eucalipto, mas a redução é sustentada pela existência de eucaliptais mal-adaptados e povoamentos de rotação superior a terceira rotação. Consideramos que a designação “mal-adaptados” não traduz o estado desses eucaliptais, mas sim a situação de eucaliptais mal geridos.

Porque não equacionar, em termos de reavaliação da adequação da área de eucalipto no território a opção de reconversão em eucaliptais mais produtivos, recorrendo a material (plantas de qualidade) e utilização de técnicas adequadas?

Pensa-se que há ainda a oportunidade de repensar da matriz de transição, de atualizar alguma informação utilizada tendo em consideração também a existência de áreas florestais com gestão ativa, mesmo que a cartografia (à escala apresentada tem sempre um erro que não é de menosprezar) indique serem área a transitar para outros usos ou ocupações.

Considerando a tabela de alteração da paisagem, há que dar nota de alguma preocupação com um fim de redução das espécies florestais que ainda têm gestão e dão algum rendimento a pequenos proprietários.

Considera-se relevante destacar que num território cuja estrutura fundiária é de minifúndio (tal como identificado várias vezes no documento em causa), compreende-se e partilha-se a necessidade de conferir maior resiliência aos incêndios rurais, contudo, defende-se que a viabilidade económica de quaisquer intervenções no território, pode e deve salvaguardar os restantes valores.

Disponibilização de informação vetorial

Relativamente aos ficheiros disponibilizados para a consulta pública, refere-se que foi possível através de um programa Sistema de Informação Geográfica (SIG) cruzar as áreas intervencionadas ao abrigo do PLA com os TIFF e verificar as Ocupações Presentes e Ocupações propostas, contudo destaca-se que as unidades de intervenção são difíceis de distinguir devido à utilização de cores muito semelhantes

Destaca-se que uma das unidades de intervenção gerida pela NVG, não tem ocupação de floresta de pinheiro-bravo como indicado nos documentos distribuídos no âmbito da consulta, mas sim povoamento de eucalipto.

Floresta de Produção presta diversos serviços de ecossistemas

Relativamente aos serviços de ecossistemas, e os serviços de paisagem, de referir que as florestas de produção não são exclusivamente ecossistemas que produzem “madeira”, mas pelo contrário contribuem para assegurar, uma redução das perdas de solo por erosão, contribuem para a regularização do ciclo hidrológico, para a biodiversidade e conservação, e como elementos importantes na definição da paisagem. Esta visão “holística” deveria ser transportada para um documento operacional como se pretende que venha a ser a OIGP. Esta proposta, a ser atendida, iria permitir um aumento da sustentabilidade das intervenções previstas a curto, médio e longo prazo, além da alteração nos custos e receitas da OIGP.

Modelo de gestão e contratualização

Falta ainda encontrar um mecanismo que permita aos atores privados envolvidos na OIGP uma real e efetiva ação para o território, sem que esta seja “adiada” decorrente do normal funcionamento dos atores públicos (de âmbito nacional e regional) que detêm competências e regulam atividades no território. Toda esta transformação, desejável, vai incidir na propriedade de alguns para usufruto de todos. Este equilíbrio carece de uma coordenação com elevado empenhamento cívico, e não impositor.

O modelo de organização proposto na AZR deveria acomodar este mecanismo, não estando evidente se foi ponderado (após interpretação das Figura 46. Organigrama da AZR e Figura 47. Esquema Organizativo da Gestão).

Sendo o OIGP um plano de gestão florestal (PGF), como está previsto a compatibilização de áreas dentro da OIGP, que têm já um PGF aprovado?

Gestão Ativa é o caminho da Transformação da Paisagem

Considera-se que a OIGP deveria ser unificadora e agregadora das várias atividades e valências do território, sendo de destacar o enorme avanço que se fez no Programa de Transformação da Paisagem ao passar do conceito “floresta” para “paisagem”, podendo por isso ser criadas diretrizes para apoio e fomento de um território gerido, não abandonado. Não querendo promover as arborizações de eucalipto, que apenas são permitidas por compensação e fora de áreas de Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nos concelhos onde o respetivo Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) o permite, a gestão dos povoamentos existentes, as rearborizações com melhoria das acessibilidades, infraestruturas de resiliência ao fogo, emparcelamento e se ajustável plantação de autóctones deveriam ser os objetivos que balizavam as diretrizes a propor. Com esta chamada de atenção pretende-se destacar que a gestão ativa da floresta (e que pode assentar por exemplo no uso da mesma espécie, mas conduzida em mosaicos temporais distintos) é muitas vezes a diferença entre um mega incêndio e os outros incêndios.

Compreende-se a necessidade identificada de diversificar a ocupação do solo, devido à problemática dos incêndios rurais, contudo, nesta zona do território em concreto (e várias vezes mencionado na OIGP), há que ter em consideração as condições que potenciam o surgimento, ou a dispersão da flora invasora, tal como referido para os casos da Acácia e da Hakea.

Viabilidade a longo prazo da AIGP

Em conclusão, alerta-se para o facto de que uma opção declarada pela redução da área de Floresta terá sempre um conjunto de impactos negativos que não devem ser menosprezados. Retirar floresta instalada com gestão ativa, sem quaisquer contrapartidas biofísicas de compensar as mesmas, compromete a sustentabilidade da



região em que se insere, e do país no limite. De facto, o que está em causa é desafetar, a longo prazo, uma área florestal para um uso não florestal. Neste longo prazo, não só o processo de aumento de stock de carbono no solo vai continuar (se a ocupação florestal se mantiver), como a própria composição do povoamento poderá vir a ser diferente da atual. Sobre este assunto, é de referir que, segundo estudos efetuados para a floresta dos “países da UE + 3” (UK, Noruega e Suíça) (https://www.cepi.org/wp-content/uploads/2020/07/Cepi_study.pdf) o acréscimo de volume anual de CO₂ armazenado pela Floresta (*stock*) é sensivelmente idêntico ao volume anual de emissões de origem fóssil que podem ser evitadas pelo efeito de substituição acima referido.

A Navigator está disponível para quaisquer esclarecimentos que a entidade gestora da OIGP do Castelo entenda por necessário. Aproveita-se para reforçar que o objetivo de qualquer OIGP não deveria ser a redução de área florestada, mas sim o incentivo à gestão do território, como já referido.

Operações Integradas de Gestão da Paisagem para a AIGP de Penhascoso

– SUGESTÕES –

Acerca das operações propostas para a AIGP de Penhascoso, conforme documento em consulta pública, cabe-me sugerir e propor o seguinte:

1. Não ser reduzida em 50 ha a área ocupada pelo pinheiro bravo, antes pelo contrário que seja aumentada, pois trata-se de uma espécie tradicional na região e outrora muito vulgar, com bons crescimentos, fornecedora de bens e serviços diversos, fomentadora da biodiversidade e pioneira na ocupação dos solos mais pobres. O pinheiro bravo adapta-se melhor que qualquer outro pinheiro a qualquer situação, designadamente em solos pobres como são genericamente os da AIGP de Penhascoso;
2. Os 127,57 ha previstos para o pinheiro radiata devem maioritariamente ser destinados ao pinheiro bravo, pois o P. radiata necessita de mais humidade que não temos, bem como de melhores solos. Instalá-lo nesta AIGP é atrair a processionária que dizima o P. radiata. Mas admito que 10/20 ha possam ser ocupados com essa espécie, em 2/3 parcelas, como experiência;
3. As áreas pensadas para o sobreiro, azinheira e pinheiro manso terão de se ser plantadas em compassos largos, dadas as copas de grande dimensão que mais tarde produzem. Por isso e de modo a aproveitar e a ocupar o terreno livre enquanto aquelas espécies crescem, deverá aí ser plantado pinheiro bravo em povoamento misto, que se cortará aos 20/25 anos para a indústria, produzindo-se receita e ficando então povoamentos puros daquelas 3 espécies;
4. As “outras folhosas” (203 ha), azinheira (105), outros carvalhos (75) e sobreiro (62) ocuparão um total de 445 ha, conforme PSOP. Parece-me que se deverá apostar mais no sobreiro ou seja dos 445 ha plantar 300 ha de sobreiros consociados com pinheiro bravo, pois dão-nos mais garantias de sucesso, cortando-se este aos 20/25 anos, deixando os restantes 145 ha para os restantes carvalhos e folhosas, pois são espécies economicamente menos interessantes, produtoras essencialmente de lenha e de algum fruto;
5. Não é plantando folhosas e carvalhos que se evitam os incêndios, pois aqueles espécies florestais também ardem se o combustível que lhes está associado não for oportunamente reduzido e controlado;
6. Parece-me ser mais correto instalar pequenas parcelas de um total de 145 ha com as espécies atrás referidas, relativamente às quais não existe informação em como se desenvolverão na área da OIGP, como experiência e possível utilização no futuro;

7. Entendo que o medronheiro é uma planta a privilegiar como de resto está previsto, mas não é suficientemente referido, por exemplo em redor de aldeias na prevenção de fogos e sempre que oportuno e adequado, como se observa em alguns concelhos vizinhos;
8. Não se refere o figueiral, mas parece-me também interessante que se possa optar por plantar 20/30 ha desta fruteira para a produção de frutos secos, como antigamente era tradicional na região;
9. A OIGP deveria referir e apresentar áreas destinadas ao recreio e ao turismo como sejam trilhos para caminhadas, miradouros, oliveiras centenárias e outros que abundam nesta AIGP;
10. Nas Fig 5 e Fig 19 e eventualmente outras, é dito Cova das Mouras e Ribeira de Eiras, quando o correto é: Cova dos Mouros e Ribeira de Boas Eiras;
11. Na Fig 19 e eventualmente noutras, quando se indica estrada larga, não se trata da EN nº 3 e não deveria ser assim identificada?
12. No património cultural e tradicional não se identifica a fonte de M penedo, nem a ponte que lhe está encostada construída em 1910 conforme placa e fotos seguinte, sendo esta oferta de M.M.G. O LAVRADOR AO POVO DE MONTE PENEDO EM PROVA DE GRATIDÃO 25/08/1910;



13. Também a ponte centenária que liga as povoações de Ribeira de Boas Eiras a Monte Penedo merece uma referência especial, dada a sua antiguidade e beleza arquitetónica (foto abaixo);
14. O fenómeno erosivo que tem ocorrido ao longo dos séculos e se mantém nas encostas frente às povoações de Ribeira de Boas Eiras e Monte Penedo deveria também ser relevado e sugeridas soluções;
15. É dito (pág 39 da POIFP) que “Apresenta-se como sendo de grande relevância estratégica, a necessidade de reforçar a capacidade de retenção de água no território”;

16. Sobre este assunto referirei que na linha de água designada por ribeira do Coadouro, local central relativamente esta AIGP, dever-se-ia pensar em construir uma barragem junto à povoação de Espinheiros/Monte Penedo, cuja albufeira passaria por Casal da Barba Pouca e chegaria à ponte do Coadouro. Seria bom no aspeto ambiental, turístico, de prevenção a fogos, agrícola e recreativo, não só para a AIGP, mas também para o concelho de Mação, distando da sede de concelho menos de 2 km;



17. Note-se, ainda, que a jusante desta albufeira existe a maior área de aptidão agrícola da AIGP (e do concelho), entre as povoações de RB Eiras e M Penedo, com cerca de 70 ha, os quais há meio século atrás eram integralmente cultivados;
18. Por último nos objetivos (pág. 4 do documento), defini-los-ia por esta ordem:
- a) Promover a descontinuidade das áreas florestais através da revitalização e promoção de novas áreas agrícolas;
 - b) Promoção da sustentabilidade económica do território através da promoção das atividades agrícolas e florestais;
 - c) Aumento da resiliência através da promoção da compartimentação dos espaços florestais através do reforço e valorização das galerias ripícolas ao longo das linhas de água;
 - d) Promoção de áreas florestais de espécies autóctones, atualmente ocupadas por matos;
 - e) Restauro dos sistemas agroflorestais e silvo-pastoris;

- f) Promoção e reforço da capacidade de defesa de pessoas e bens através de operações de gestão nas Faixas de Gestão de Combustível associadas aos aglomerados populacionais;
- g) Contribuição para a maximização da capacidade de execução e operacionalização dos proprietários individuais, assim como da entidade responsável pela gestão agrupada;

Ribeira de Boas Eiras, 17/01/2024

Octávio Ferreira

917066007

Reunião de Apresentação Formal de OIGP

Local PenhascosoData 18/01/2024

LISTA DE PRESENCAS

Nome (legível)	Contato	Email
Mauro Silva Lb S.4.14.14	963658360	
José de Jesus da Silva	11	
Adélia da Silva Marques Ramos		
HENRIQUE MAGALHÃES FONSECA	912 444 744	
Antônio José Melo Silva	935646000	antoniojmelo@gmail.com
Luís Fernando Pereira Borges Gomes		
Serapiao Lopes Silva	918 267 112	
Guilherme Marques Nicolau		
José Luis Cortez	908051501	Joseluiscortez@xpt.pt
Adelino Jacinto Matos	963658360	
Francisco Lopes da Silva	96932 2942	
Francisco Lopes da Silva	967087578	
Orlando Almeida Cruz Brício	967044438	
Augusto Marques Pessalheira	917825077	
Vitor Aires Antunes	963933027	
Maria de Lourdes Pissarra	965117511	
Maria Teresa Gomes Pissarra	936156634	
Detenir J.S. Fomale	94066007	
João Marques Cardozo	96341813	
Luís Carlos Gomes	963055794	
Isilda de Matos Silva Almeida	916534833	
Helena Pereira da Silva Apolónio Cardozo	963388555	
João Miguel Claro Pereira	966182486	
Andreia Pomba	963968512	
Delmira Maria Reis	965021370	
Paulo de Sousa Gomes	96502139	
Rufino Lopes Cruz	117032026	
Amélia Pires Lobo Casola	965478357	
Isilda Cruz		
Manuel José Gomes	917011613	
Fernando Vitor Marques	964492194	
Rosamaria Marques Silva Ramos	969745221	
Daniela Almeida Marques	965658565	
João Carlos Gomes	919226441	

Reunião de Apresentação Formal de OIGP

Local Penhascoba

Data 18/01/2024



aigP
anatomy | physiology | pathology

[illegible]



- Proprietário / Titular Credenciado -
 Reunião Formal de Aprovação da OIGP de Penhascoso

Penhascoso, 18 de janeiro de 2024



	Proprietário / Titular Credenciado	Número de Identificação Fiscal	Contacto
1	Miguel Equilíbrio S. Rafael	125059868	963654957
2	José Gilman I. Rauer	125059876	u
3	Adélia da Silva Marques Ramos	101120184	
4	HENRIQUE MAGALHÃES FONSECA	203 009 851	912 444 744
5	António Jorge H. Silva	901142544	935646000
6	Luís Fernando Pereira Soares Fonseca		
7	Leonor Maria Afonso Silva	910267112	
8	Cláudio Marques Vazalcar		
9	Fernando L. C. Silva	965001101	913985370

	Proprietário / Titular Credenciado	Número de Identificação Fiscal	Contacto
10	Adelino Jacinto Mato	111110491	
11	Francisco Leães de SCS	111475449	
12	Henrique José da Silva Lins	113664850	
13	Orlando Manuel de Fátima Pinheiro	105633097	
14	Augusto Marques Pinheiro	957821077	
15	Octávio J. J. Faria	917066007	
16	Luís Ricardo	963055794	
17	Sílvia de Naves Silva Salvador	140562222	
18	Helena Pereira da Silva Apurba Coelho	4916911	
19	Delmira Maria Reis		
20	Rufino Lopes	117032026	
21	Paulo de Almeida Sousa	111709245	
22	Sílvia Cruz	132377772	
23	Amélia Pires Lobo Casola	126473471	
24	Manuel João Maria Costa	129623768	9120116132
25	Francisco António Faria	126230072	
26	João Henrique Faria	131517945	
27	Paulo António Magalhães Day	132045350	
28	Fátima Maria Mendes Silva Rato	131517929	
29	Alde Coutinho	125229223	
30	Miguel Silva	189812314	
31	João	176678247	
32	Luís Faria	103866597	9204559545
33	Fábrica de Serralheira P.F. de Lezíria	501281290	
34	Luís Augusto Lopes Carlos	178215554	968415432
35	Augusto Teodoro Proença	2191320	967089779
36	João Augusto Lopes de Sousa	207238111	963501970
37	João Sérgio Faria, Mendes	219504415	963739857
38	Fátima André Dias do Outeiro P. Horta	963333312	221410635
39	Adriano Amaro		
40	Catarina Gonçalves	182908305	919359824

	Proprietário / Titular Credenciado	Número de Identificação Fiscal	Contacto
41	Helena M Reis de Jesus	131992635	915750993
42	Paulo Jorge Pereira Santos	183580108	966121963
43	Esmeralda Pereira Nunes de Jesus		
44	Paulo Lourenço	106763377	967844159
45	Adelina/Enrique C.	136519857	968928000
46	Augusto Filipe Gomes Soares	183437926	
47	Nuno Bento	205955282	
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			
61			
62			
63			
64			
65			
66			
67			
68			
69			
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			

	Proprietário / Titular Credenciado	Número de Identificação Fiscal	Contacto
80			
81			
82			
83			
84			
85			
86			
87			
88			
89			
90			
91			
92			
93			
94			
95			
96			
97			
98			
99			
100			
101			
102			
103			
104			
105			
106			
107			
108			
109			
110			
111			
112			
113			
114			
115			
116			
117			
118			



- Proprietário / Titular Credenciado -

Reunião Formal de Aprovação da OIGP de Penhascoso

Penhascoso, 18 de janeiro de 2024